



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI COMPLEMENTAR Nº 622, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

Confere a obrigação de pagamento de Auxílios de Natureza Assistencial proveniente da relação de trabalho da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Leme.

A Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito do Município de Leme, sanciono a seguinte Lei.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Caberá a Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Leme realizar o pagamento dos seguintes auxílios de natureza assistencial proveniente da relação de trabalho, à seus servidores:

- I** - auxílio-doença;
- II** – salário-maternidade;
- III** – salário-família;
- IV** - auxílio-reclusão.

Parágrafo único. O pagamento de que trata o *caput* deste artigo será realizado diretamente pelos entes da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Leme



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

CAPÍTULO II

DOS AUXÍLIOS EM ESPÉCIE

SEÇÃO I

DO AUXÍLIO-DOENÇA

Art. 2º O auxílio-doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para a atividade de seu cargo por motivo de doença e consistirá em renda mensal correspondente a última remuneração do servidor no cargo em provimento efetivo.

Art. 3º O auxílio-doença será concedido, a pedido ou de ofício, com base em exame médico-pericial a cargo da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município a quem caberá a definição do prazo de afastamento.

Art. 4º Findo o prazo do afastamento, o servidor será submetido a novo exame médico pericial, que concluirá pela volta ao trabalho, pela prorrogação do auxílio-doença, pela readaptação ou pela aposentadoria por invalidez.

Parágrafo único. A conclusão pela necessidade de aposentadoria por invalidez por parte da perícia da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município, não afastará a necessidade da atuação da perícia médica do LEMEPREV cuja concordância sobre a invalidez constituir-se-á como condição para a concessão do benefício.

Art. 5º Os servidores ocupantes do cargo de médico, médico plantonista e fiscal de rendas, cuja remuneração é formada pelos valores de plantões efetivamente trabalhados ou por parte variável por produtividade, terão o valor do auxílio doença fixados nos seguintes termos:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

I - no valor da média aritmética simples de plantões mensais realizados no prazo mínimo de 12 (doze) meses anteriores à data da concessão da licença, na hipótese dos cargos de médico plantonista;

II- parte fixa da remuneração acrescido da média aritmética simples da produção efetivada no prazo mínimo de 12 (doze) meses anteriores à data da concessão da licença, na hipótese dos cargos de médico e de fiscal de rendas.

Parágrafo único. Na hipótese de não haver o cumprimento dos períodos estabelecidos nos incisos anteriores, a média da gratificação de produtividade e plantões, será apurada pelo prazo apresentado pelo servidor.

Art. 6º O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de readaptação para exercício do seu cargo, ou em outro de atribuições e atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido, respeitada a habilitação exigida, será aposentado por invalidez, respeitado o limite temporal de 02 (dois) anos.

§ 1º Na hipótese de acúmulo de cargos, o servidor será afastado em relação à atividade para a qual estiver incapacitado, devendo a perícia médica ser conhecedora de todas as atividades e cargos que o servidor estiver exercendo.

§ 2º Na hipótese do servidor exercer a mesma atividade nos cargos acumulados, deverá ser afastado de todos, com base em laudo médico pericial a cargo da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município.

SEÇÃO II

DO SALÁRIO-MATERNIDADE

Art. 7º O salário-maternidade será devido à segurada durante 120 (cento e vinte) dias consecutivos, com início 28 (vinte e oito) dias antes do parto e ou a data de ocorrência deste.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 1º O salário maternidade consistirá em renda mensal igual à última remuneração da servidora.

§ 2º Considera-se parto o evento ocorrido a partir da 23ª semana (6º mês) de gestação, inclusive na hipótese de natimorto.

§ 3º Na hipótese de aborto não criminoso, comprovado mediante apresentação de atestado médico a cargo da perícia médica da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município, a servidora fará jus ao salário-maternidade correspondente a 02 (duas) semanas.

§ 4º Também na hipótese de parto antecipado, a servidora fará jus ao salário-maternidade pelo período previsto no *caput* deste artigo.

Art. 8º As servidoras ocupantes do cargo de médica, médica plantonista e fiscal de rendas, cuja remuneração é formada pelos valores de plantões efetivamente trabalhados ou por parte variável por produtividade, terão o valor do salário maternidade assim fixados:

I - no valor da média aritmética simples de plantões mensais realizados no prazo mínimo de 12 (doze) meses anteriores à data da concessão do auxílio, na hipótese dos cargos de médico plantonista;

II - parte fixa da remuneração acrescido da média aritmética simples da produção efetivada no prazo mínimo de 12 (doze) meses anteriores à data da concessão do auxílio, na hipótese dos cargos de médica e de fiscal de rendas.

Parágrafo único. Na hipótese de não haver o cumprimento dos períodos estabelecidos nos incisos anteriores, a média da gratificação de produtividade será apurado pelo prazo apresentado pela servidora.

Art. 9º Fica vedada a acumulação do salário-maternidade com benefício por incapacidade.

Parágrafo único. Quando ocorrer incapacidade em concomitância com o período de pagamento do salário-maternidade, o benefício por incapacidade, conforme o caso deverá ser suspenso enquanto



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

perdurar o referido pagamento, ou terá sua data de início adiada para o primeiro dia seguinte ao término do período de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 10º Na hipótese de acumulação permitida de cargos ou empregos públicos, a servidora fará jus ao salário-maternidade relativo a cada cargo ou emprego, respeitado o limite temporal de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, com início 28 (vinte e oito) dias antes do parto e ou a data de ocorrência deste.

Art. 11º A servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, devidamente comprovada através da apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã, será concedido salário-maternidade de 120 (cento e vinte) dias consecutivos a contar da data de expedição do termo judicial de guarda à adotante.

SEÇÃO III

DO SALÁRIO-FAMÍLIA

Art. 12º O salário-família será devido, mensalmente, aos servidores ativos de baixa renda, assim considerados pela legislação aplicável ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, na proporção do respectivo número de filhos e equiparados, de até quatorze anos ou inválidos.

§ 1º O salário-família não se incorporará ao subsídio, à remuneração ou ao benefício, para qualquer efeito.

§ 2º O valor limite referido no *caput* será corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do RGPS.

§ 3º O salário-família será dividido proporcionalmente ao número de filhos sob guarda, em caso de segurados separados de fato ou judicialmente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 13º O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição é aquele fixado pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Art. 14º Quando o pai e a mãe forem segurados do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, ambos terão direito ao benefício.

Parágrafo único. Na hipótese de divórcio, separação judicial ou de fato dos pais, ou na hipótese de abandono legalmente caracterizado ou perda de pátrio poder, o auxílio família passará a ser pago diretamente ao segurado responsável pela guarda do menor.

Art. 15º O pagamento do salário-família está condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação semestral de frequência à escola do filho ou equiparado.

§ 1º Os segurados que já se encontram recebendo auxílio família deverão apresentar a documentação estabelecida no *caput* no prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação desta Lei, sob pena de suspensão do pagamento do benefício.

§ 2º Não é devido o salário-família no período entre a suspensão do benefício motivada pela falta do cumprimento dos requisitos para sua concessão e o seu reativamento, salvo se provada a frequência escolar regular no período.

§ 3º A comprovação de frequência escolar será feita mediante apresentação de documento emitido pela escola, em nome do aluno, em que conste o registro de frequência regular ou de atestado do estabelecimento de ensino comprovando a regularidade da matrícula e a frequência escolar do aluno.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 16º A invalidez do filho ou equiparado, maior de 14 (quatorze) anos de idade, deve ser verificada em exame médico-pericial a cargo do LEMEPREV.

Art. 17º O direito ao salário-família cessa automaticamente:

I - pela morte do filho ou equiparado, a contar do mês seguinte ao do óbito;

II - quando o filho ou equiparado completar quatorze anos de idade, salvo se inválido, a contar do mês seguinte ao da data do aniversário;

III - pela recuperação da capacidade do filho ou equiparado inválido, a contar do mês seguinte ao da cessação da incapacidade.

Art. 18º Para efeito de concessão e manutenção do salário-família, o segurado deve firmar termo de responsabilidade em que se comprometa a comunicar a Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município qualquer fato ou circunstância que determine a perda do direito ao auxílio, ficando sujeito, em caso de não cumprimento, às sanções penais e administrativas consequentes.

Art. 19º A ausência de comunicação de fato que implique cessação do salário-família, bem como a prática de fraude de qualquer natureza para o seu recebimento por parte do servidor, autoriza a Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município a descontar o valor das cotas indevidamente recebidas.

Art. 20º Na hipótese de ocorrência das situações previstas no artigo anterior, o desconto recairá sobre os pagamentos de cotas devidas em relação a outros filhos ou, na falta delas, sobre os vencimentos do segurado ou sobre a renda mensal do seu benefício.

SEÇÃO X

DO AUXÍLIO-RECLUSÃO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 21º O auxílio-reclusão será concedido aos dependentes do servidor considerado de baixa renda, assim considerado pela legislação aplicável ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, que for recolhido à prisão que não perceba remuneração dos cofres públicos, nem esteja em gozo de auxílio-doença ou de aposentadoria.

§ 1º O auxílio-reclusão consistirá numa importância mensal correspondente à última remuneração ou subsídio do cargo efetivo do servidor recluso, observado o limite da remuneração prevista no *caput*.

§ 2º O valor limite referido no *caput* será corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do RGPS.

§ 3º O benefício de auxílio-reclusão será devido aos dependentes do servidor recluso a partir da data em que o servidor preso deixar de receber remuneração decorrente do seu cargo, e será pago enquanto o servidor for titular do respectivo cargo efetivo.

§ 4º O auxílio-reclusão será rateado em cotas-partes iguais entre os dependentes do servidor.

§ 5º Na hipótese de fuga do servidor, o benefício será restabelecido a partir da data da recaptura ou da reapresentação à prisão, nada sendo devido aos seus dependentes enquanto estiver o segurado evadido e durante o período da fuga.

§ 6º Para a instrução do processo de concessão do auxílio de que trata esta Seção, além da documentação que comprovar a condição de segurado e de dependentes, serão exigidos:

I - documento que certifique o não pagamento da remuneração ao servidor pelos cofres públicos, em razão da prisão;

II - certidão emitida pela autoridade competente sobre o efetivo recolhimento do servidor à prisão e o respectivo regime de cumprimento da pena, sendo tal documento renovado trimestralmente.

§ 7º Caso o servidor venha a ser ressarcido com o pagamento da remuneração correspondente ao período em que esteve preso, e seus dependentes tenham recebido auxílio-reclusão, o valor correspondente ao período de gozo do auxílio deverá ser restituído a Administração Pública Direta,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Autárquica e Fundacional do Município pelo servidor ou por seus dependentes, devendo ser adotados os critérios de atualização e encargos previstos na legislação relativa aos tributos municipais.

§ 8º Aplicar-se-ão ao auxílio-reclusão, no que couberem, as disposições atinentes à pensão por morte.

§ 9º Na hipótese do servidor preso vier a falecer na prisão, o benefício de auxílio-reclusão será convertido em pensão por morte.

CAPÍTULO III

DA TRANSFERÊNCIA

Art. 22º Transferência é a passagem do servidor para cargo idêntico localizado em outra repartição do Executivo, inclusive na Administração Pública Indireta.

§ 1º A transferência ocorrerá de ofício ou a pedido do servidor, atendido o interesse do serviço, mediante o preenchimento de vaga.

§ 2º Será admitida a transferência de servidor ocupante de cargo de quadro em extinção para igual situação em quadro de outro órgão ou entidade.

Art. 23º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24º Revogam-se as disposições em contrário.

Leme, 14 de dezembro de 2011.

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO

Prefeito do Município de Leme